

Supervisão Pedagógica



Documento Orientador

Introdução

Em contexto de ensino, e como mencionam Alarcão e Tavares (2010), a supervisão surge interligada ao processo em que um professor mais experiente orienta outro, no sentido de promover o desenvolvimento a nível humano e profissional, assumindo como objetivo principal ensinar os professores a ensinar. Deste modo, incide diretamente sobre a prática pedagógica, numa dinâmica recíproca que envolve o supervisor, o docente orientado e o aluno, num ambiente pautado por boas relações, capaz de despoletar atitudes de ajuda e colaboração, num bom clima afetivo-relacional. Na mesma linha de pensamento, Fullan e Hargreaves (2001) destacam a importância da supervisão reflexiva do interior da sala de aula, para que a colaboração não fique limitada a algumas ideias, materiais didáticos, planificações.

A supervisão associada a uma abordagem da escola como organismo reflexivo, em comunidades de aprendizagem (Alarcão, 2002; Alarcão & Roldão, 2008; Bolívar, 2012), constitui, por isso, uma nova visão, na qual a reflexão, como instrumento de autoavaliação, é um alicerce para a qualidade, para a melhoria das práticas letivas e para o desenvolvimento profissional do docente. O papel do supervisor alarga o seu campo de ação, o docente integra-se numa equipa, valorizando-se o grupo, o pensamento coletivo, o trabalho entre pares e a riqueza epistemológica das práticas. A supervisão assume, cada vez mais, uma dimensão colaborativa, autorreflexiva e autoafirmativa, à medida que os professores começaram a teorizar a partir da experimentação e da investigação da sua própria prática. (Alarcão & Roldão, 2010)

Para Vasconcelos (2009) percorreu-se um longo caminho até emergir a supervisão pedagógica com cariz mais libertador, mais emancipatório, mais democrático centrando-se na escola como “comunidade aprendente” e reflexiva. Para Moreira (in Vieira & Moreira, 2010) as várias imagens do caleidoscópio constituem uma metáfora à supervisão pedagógica. Para esta autora, as imagens da supervisão com cariz colegial, indagatória e transformadora constituem visões concêntricas e simétricas, tal como as imagens obtidas ao rodar um caleidoscópio, contrariando as visões verticais e hierarquizadas. Também Alarcão e Canha (2013) apontam para uma perspetiva desenvolvimentista da supervisão, ou seja, relacionam o conceito de supervisão com o desenvolvimento do profissional, salientando a dimensão colaborativa, como sendo um aspeto crucial e atual.

Ora, claramente, a interação entre pares permite a monitorização da prática pedagógica para além da sala de aula, identificando e resolvendo problemas, quer de disciplina na sala de aula, quer de insucesso escolar, evitando o abandono e a melhoria de práticas científico-pedagógicas com a partilha de conhecimentos, de materiais, de estratégias, diagnosticando necessidades de formação docente, permitindo uma verdadeira evolução profissional.

É natural a existência de alguns medos que acabem por justificar uma atitude de procrastinação relativamente a esta temática. Alarcão (2020) enuncia alguns desses *fantasmas*, associando-os muito a uma perspetiva de avaliação:

Avaliação. Vem avaliar-me.
Superioridade. Vem mandar em mim.
Ameaça. Vem intrometer-se no meu espaço de aula.
Respeitabilidade. Ele/ela não é melhor professor/a do que eu sou.
Descrédito. Uma observação prova alguma coisa?
Privacidade. Vem intrometer-se no meu "ser".
Desconfiança. Quer mesmo ajudar-me?
Mais-valia. Para que me serve isto?

Quadro 1 – Os fantasmas da supervisão

Porém, a própria autora procura desfazer essa ideia errónea de supervisão, enaltecendo as virtudes da observação por pares:

Assume as estratégias normalmente utilizadas em supervisão numa perspetiva formativa e não classificativa: observação, análise (não mera descrição), reflexão com vista a transformação, experimentação, avaliação e monitorização. Decorre num ambiente de questionamento, diálogo (em que a fala e a escuta se equilibram e se procura a intercompreensão), comunicação e confronto construtivo entre opiniões, abordagens, teorias "públicas e privadas", realidades e possibilidades, introspeção sobre o que sou/faço e o que quero ser /fazer, feedback (inter e intra) (p.63)

Em síntese, a supervisão, que nasceu como um processo essencialmente vertical, assume atualmente mais uma dimensão: a sinergia da horizontalidade, associada ao trabalho colaborativo e às atitudes reflexivas e críticas, em torno do desenvolvimento da pessoa e da prática. Para Bolívar (2012) "a cultura de colaboração", promove uma melhoria contínua e mais duradoura da eficiência dos profissionais, beneficiando todo o processo de ensino-aprendizagem. Segundo este autor, através da supervisão entre pares existe partilha, compromisso com os resultados, melhoria contínua, diálogo reflexivo, liderança partilhada. A supervisão entre pares impõe-se "menos "binária" e mais colaborativa, numa perspetiva dialógica e democrática, privilegiando o direito à diferença, no exercício da autonomia profissional.

O Papel do Coordenador de Departamento

A análise da legislação em vigor evidencia que ao coordenador de departamento (CD) compete assumir o papel de supervisor, na medida em que este deve auxiliar os professores do seu departamento a desenvolverem-se profissionalmente, numa perspetiva crítica e reflexiva, de modo a que possam ampliar a sua ação a outros domínios para além da sala de aula. Assim, de acordo com Canas (2011), os coordenadores têm uma importância acrescida na articulação curricular, na organização, no acompanhamento, na realização e avaliação das atividades das turmas ou grupos de alunos, contribuindo de forma decisiva para a melhoria das aprendizagens dos alunos e a qualidade da escola. Na mesma ordem de ideias, Fullan e Hargreaves enunciam alguns aspetos que o coordenador deve considerar, tendo em conta o contexto da sua escola:

- a) compreender a cultura da sua escola;
- b) valorizar os professores, promovendo o seu crescimento profissional;
- c) promover a colaboração e não a cooptação;
- d) preparar listas de opções e não de imposições;
- e) utilizar os meios burocráticos para facilitar e não para constranger.

Alarcão e Tavares (2010) elencam várias funções que o gestor intermédio deve exercer na qualidade de supervisor, traduzidas na alteração da lei que veio dar mais poder e legitimidade ao CD, ao nível da decisão e da liderança. Especificam que os supervisores que exerçam estas funções devem ter um:

- conhecimento contextualizado da escola como organização com uma missão a cumprir, um passado, um futuro;
- conhecimento dos membros da escola, suas características como indivíduos e grupos;
- conhecimento das estratégias ao nível do desenvolvimento institucional e profissional;
- conhecimento dos fenómenos ligados à aprendizagem de qualidade, experiencial e permanente;
- conhecimento das metodologias relativas à investigação-ação-formação;
- conhecimento de metodologias de avaliação da qualidade;
- conhecimento sobre as ideias e as políticas de educação.

Face ao exposto podemos concluir que existe uma ligação entre as funções do supervisor e as dos gestores intermédios, nomeadamente a partir do momento em que a legislação lhe atribuiu mais poderes, mais gestão e liderança legitimada pelos seus pares.

Considerando as palavras de Alarcão (2002), a figura do coordenador de departamento é entendida como um supervisor ou, como nos avivam Alarcão e Tavares (2010), um professor de valor acrescentado ou de um facilitador ou líder de comunidades aprendentes inserido numa escola que se pensa e amplia o pensamento, dando valor aos que por lá passam

Acompanhamento e Supervisão Pedagógica – Orientações

O presente documento regula a supervisão pedagógica no Agrupamento de Escolas de Campo Maior e é transversal a todos os departamentos.

A supervisão pedagógica é efetuada, em primeiro lugar, pelos Coordenadores de Departamento. No entanto, o Coordenador de cada Departamento, pela especificidade de cada disciplina ou da didática, deve delegar competências nos docentes do mesmo grupo de recrutamento dos supervisionados, não obstante a sua presença ou orientação. Preconiza-se, portanto, uma supervisão da prática letiva entre pares do mesmo grupo disciplinar.

A supervisão pedagógica assume duas vertentes: supervisão da prática letiva e a supervisão documental.

A supervisão da prática letiva ocorre preferencialmente nos períodos letivos do professor supervisionado, tendo lugar:

- para todos os docentes do Departamento;
- na sequência de contactos do Coordenador ou de análise documental, podendo, por isso, tornar-se desejável, relevante, importante ou necessária;
- quando um docente do Departamento o solicita.

A supervisão documental pode ser efetuada pelo Coordenador de Departamento, nas suas horas de coordenação, ao longo do ano letivo, de modo formal ou informal. Os representantes de grupos devem organizar o processo/os documentos em cada grupo disciplinar.

A **supervisão da prática letiva entre pares** deve obedecer às seguintes orientações:

- ✓ Será observada 1 aula de 50 minutos por professor (em situações normais);
- ✓ A observação decorrerá em regime de partilha entre pares;
- ✓ Nos sumários das aulas observadas deve constar a nota: “Aula lecionada em regime de partilha entre pares”;
- ✓ Esta partilha não pode ocorrer nos tempos dedicados à Coadjuvação;
- ✓ Os docentes devem evitar a observação recíproca;
- ✓ Após as aulas observadas, o professor observado e o professor observador deverão fazer uma reflexão individual sobre as aulas, com a identificação dos aspetos bem conseguidos, dos que já foram conseguidos e dos que podem ainda ser melhorados;
- ✓ Ambos os professores deverão reunir-se, em data a combinar pelos dois, para fazer uma reflexão conjunta sobre as aulas e preencher e assinar o documento de registo;
- ✓ Os documentos e parâmetros utilizados em todo este processo constam do presente documento;
- ✓ O documento de registo em papel, deverá ser, de seguida, entregue ao representante de grupo. Este, em conjunto com os restantes representantes, reunirão com o Coordenador de Departamento e produzirão as respetivas conclusões;
- ✓ Após a observação das aulas de todos os elementos do departamento deverá ficar registada em ata o modo como o processo decorreu;
- ✓ A ordem seguida na observação de aulas será de acordo com a calendarização de cada departamento;
- ✓ Neste sentido, torna-se necessário definir os pares e calendarizar as intervenções dos mesmos ao longo do 1.º e 2.º período. A definição dos pares e a calendarização devem ser entregues ao representante de grupo, via email, até ao final do mês de setembro de cada ano letivo. Em situações imprevistas proceder-se-á a uma nova calendarização.

Avaliação

Foram construídas grelhas específicas a serem utilizadas pelos supervisores e que se encontram no final deste documento, em anexo.

Os CD deverão redigir um relatório no final do ano letivo, anexando os documentos elaborados no acompanhamento e supervisão efetuados aos docentes, em cada departamento. No final, será redigido um relatório de balanço do trabalho efetuado pelos coordenadores de departamentos, que será analisado em pedagógico.

Referências bibliográficas

Alarcão, I. (2002). Escola Reflexiva e Desenvolvimento Institucional - Que Novas Funções Supervisivas? In J. O. Formosinho, A Supervisão na Formação de Professores. Da Sala à Escola. Porto: Porto Editora.

Alarcão, I. (2020). A supervisão no campo educativo. Aveiro: Universidade de Aveiro Editora. Disponível em <https://doi.org/10.34624/11c4-1960>

Alarcão, I. & Canha, B. (2013). Supervisão e colaboração. Uma relação para o desenvolvimento. Porto: Porto Editora

Alarcão, I. & Roldão, M. C. (2008). Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores. Mangualde: Edições Pedagogo, Lda.

Alarcão, I. & Tavares, J. (2010). Supervisão da prática pedagógica: Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem. 2ª ed. revista e desenvolvida. Coimbra: Almedina.

Bolívar, A. (2012). Melhorar os processos e os resultados educativos: O que nos ensina investigação. Trad. de Mônica Franco. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Canas, M. (2011). A voz do coordenador de departamento curricular: perceções e práticas no exercício da função (Dissertação de Mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/18017>

Fullan, M., & Hargreaves, A. (2001). Por que é que vale a pena lutar? O trabalho de equipa na escola. Porto: Porto Editora.

Vasconcelos, T. (2009). Prática Pedagógica sustentada: Cruzamento de saberes e de competências. 1.ª ed. Lisboa: Edições Colibri.

Vieira, F., Moreira, M. A., Barbosa, I., Paiva, M., & Fernandes, I. S. (2010). No caleidoscópio da supervisão: Imagens da formação e da pedagogia. (2ª ed.). Mangualde: Edições Pedagogo.

ANEXOS

Ano Letivo 2023/2024

Observação de Aulas
Grelha / Pares / Calendarização

Departamento de _____

Disciplina	Par	Calendarização			
		Data	Hora	Turma	Sala

Campo Maior, ___ de _____ de 20____

O/A Representante de Grupo: _____

Recebido em : ___/___/___

O/A Coordenador(a): _____

Ano Letivo 2023/2024

Departamento de _____

Observação de aula

Disciplina:		Ano Letivo 2021 / 2022	
Data:	Turma:		
Professor(a):			
Realização das atividades letivas		Observado	
		Sim	Não
1. Conhecimento científico, pedagógico e didático referente à disciplina.			
2. Capacidade de comunicação e estímulo do interesse dos alunos pela aprendizagem.	2.1. Clareza, rigor e adequação da linguagem.		
	2.2. Criação de um ambiente educativo favorável à comunicação, participação e interesse dos alunos.		
3. Utilização de recursos promotores e facilitadores da aprendizagem.			
4. Seleção de atividades a realizar na sala de aula.			
5. Adequação do tempo à execução das tarefas propostas.			
Relação Pedagógica com os alunos		Observado	
		Sim	Não
1. Promoção de ambientes de aprendizagem em que predomina o respeito mútuo e a interação.	1.1. Promoção de um clima favorável à aprendizagem e à interação.		
	1.2. Concessão de iguais oportunidades de participação, promoção da integração dos alunos e da adoção de regras de convivência, colaboração e respeito.		
	1.3. Disponibilidade para o atendimento e apoio aos alunos.		
	1.4. Equilíbrio no exercício da autoridade e adequação das ações desenvolvidas para a manutenção da disciplina na sala de aula.		
<p>Observações: Após reflexão conjunta entre os docentes envolvidos no processo, considerou-se(referir os conteúdos, estratégias/atividades desenvolvidas e o que for considerado relevante da reflexão feita)... No final, mencionar se é ou não necessário proceder a uma nova observação de aula.</p>			

Campo Maior, ____ de _____ de 20____

O(A) professor(a) observador(a): _____

O(A) professor(a) observado(a): _____